

GOVERNO APARECIDO, 7 MESES

Brasília, alavanca para mudança da estrutura social

O governador José Aparecido, ao completar sete meses de governo, se coloca fundamentalmente como o catalizador de uma retomada da proposta original de Brasília, criada para ser centro irradiador de cultura, de comportamentos, de experiências administrativas, e proposta de uma nova estrutura urbana, servindo de alavanca para mudar uma estrutura social arcaica, profundamente injusta.

Para isso, diz ele nesta entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE, seu governo trouxe de volta o arquiteto Oscar Niemeyer, o urbanista Lúcio Costa e o paisagista Burtel Marx, para revisitemos Brasília, atacando seus problemas, retomando a idéia original. Lembra o governador que Brasília estava programada para, no ano 2.000, abrigar uma população de 500 mil habitantes. No entanto, em 1985, a população já é de um milhão e 600 mil habitantes. "O Distrito Federal sofreu o impacto de centenas de milhares de vítimas da política econômica dos sucessivos governos autoritários", afirma o governador, lembrando que é exatamente aí que se coloca problema da representação política da população do Distrito Federal.

— Enquanto ela não indicar, pelo voto, seus representantes políticos, fictício, se não impossível, para Brasília, erguer sua voz de protesto contra políticas federais que produzem efeitos perversos para nossa realidade — afirmou.

Segundo o governador, sem o voto Brasília não deixou apenas de ser ouvida, mas abandonou sua dimensão simbólica, para a qual foi planejada — a de centro ir-

radiador de cultura e de novas experiências.

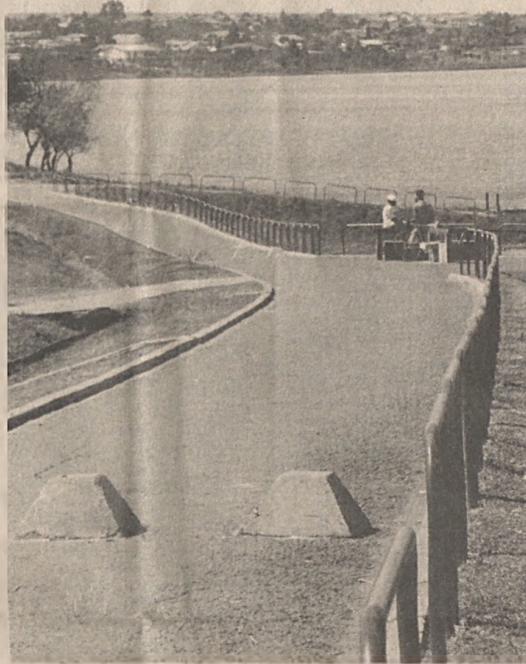
Por isso, o governador vem direcionando seu governo no sentido de retomar a dimensão simbólica de Brasília, retomando o projeto original a partir da realidade de hoje, do aqui e agora. Por isso ele vem procurando preparar Brasília para votar. Por isso ele vem atuando, com firmeza e sob protestos, contra os loteamentos clandestinos — "esquartejaram Brasília sem nenhum respeito à lei", disse ele, atentando contra a ecologia.

Para o governador José Aparecido, Brasília não pode passar a imagem de que é a cidade do favoritismo, do pistolão, da mordomia. E é isso que ele vem procurando combater, e é aí, também, que se coloca a também controversa obra da chamada ciclovia do Lago — que ele prefere chamar de "calçadão". "Trata-se de dar à população acesso ao Lago, através de um calçadão, como estava no projeto original", disse ele.

Nesta entrevista, José Aparecido — que trocou seu título de eleitor para Brasília, rompendo seus laços políticos com Minas e comprometendo-se com Brasília definitivamente — fala do I Plano Trienal que está elaborando, das novas secretarias que pretende criar — de Indústria, Comércio e Turismo, de Cultura e de Comunicação Social —, do banco de projetos para o DF e seu entorno, da retomada do projeto original e da destinação histórica de Brasília, e também de seus planos de utilizar dados da cultura alternativa para propor uma nova postura e uma nova sociedade.



Aparecido quer ver Brasília como centro irradiador de cultura e experiências administrativas



A ciclovia, na visão de Aparecido, bota o Lago no mapa

CORREIO — Governador, depois de sete meses no Palácio Buriti, como o sr. julga o seu governo?

José Aparecido — Com essa pergunta parece que você quer encerrar a entrevista, não é?

CORREIO — Não. O que eu quero é saber como o sr. avalia o seu governo.

José Aparecido — Essa avaliação deve ser feita pela população do Distrito Federal. Como político, a minha preocupação permanente é o julgamento da opinião pública. Eu quero que o meu governo sempre faça mais do que pode, não por vaidade pessoal, mas porque vivemos num estado de permanente frustração do povo. Quem busca ou aceita uma função pública, num país como o Brasil, deve ter a consciência nítida de que, por mais que faça, ainda está em débito com o povo. Aliás, um débito ancestral, já que lidamos com muitos problemas que se acumulam há dezenas, centenas de anos.

CORREIO — Mas Brasília tem apenas 25 anos...

José Aparecido — Sim, a cidade tem apenas 25 anos, mas o povo brasileiro tem mais de 400. Este é um dado sociológico de sua importância. E preciso olhar Brasília, o Distrito Federal, como proposta de uma nova estrutura urbana destinada a servir de alavanca para mudar uma estrutura social arcaica, profundamente injusta. Ao decidir-se pela interiorização da capital federal, o mineiro Juscelino Kubitschek tinha plena consciência de que abria para a sociedade brasileira um novo ciclo de lutas e de conquistas. Nós somos a capital e somos, ao mesmo tempo, o grande eixo rodoviário da Nação, o sítio de convergência e de encontro de todas as regiões do

Pais. Esta circunstância determina as duas grandes vertentes da realidade de Brasília: de um lado, este é o ponto de irradiação das grandes decisões nacionais, a sede do poder político do País; de outro lado, Brasília transformou-se na miragem para onde caminham as populações desesperadas do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte, em busca de emprego, casa, saúde, escola...

CORREIO — O sr. quer dizer que Brasília ultrapassa o seu espaço físico, territorial, não é?

José Aparecido — E ultrapassa em mais de uma dimensão. No espaço físico e também no espaço simbólico, que é uma dimensão mágica e política, ao mesmo tempo. O que significa, por exemplo, a explosão demográfica de Brasília? A cidade foi planejada para ter meio mi-

lhão de habitantes no fim do século. No entanto, o Distrito Federal já contava, no último dia 1º de julho, conforme estimativa do IBGE, com mais de um milhão e seiscentos mil habitantes. E claro que esta pressão demográfica, sem paralelo no País, teria que tornar, como tornou, obsoletas todas as estimativas da infra-estrutura urbana, criando déficits fantásticos de moradias, leitos hospitalares, transportes de massa, oportunidades de emprego, e assim por diante.

CORREIO — Teria, então, havido um erro colossal de avaliação dos planejadores de Brasília...

José Aparecido — Não, de modo nenhum. O que houve, fundamentalmente, foi que os vinte anos de regime discricionário aumentaram brutalmente os desequilíbrios de renda entre regiões, levando à miséria absoluta enormes contingentes populacionais sobretudo do Norte e do Nordeste, mas também do interior de Minas e de Goiás. Quando se olha tudo o que foi feito em Brasília nestes vinte e cinco anos, chega-se à conclusão de que o Distrito Federal contou com administradores impotentes, politicamente, para erguerem sua voz contra as fontes de pressões que tornavam inviável, cada vez mais, o planejamento inicial da cidade. E essas fontes de pressões podem ser resumidas na política econômica discriminatória que viemos tendo ao longo destes anos.

CORREIO — Brasília foi vítima, então, da política econômica nacional...

José Aparecido — Digamos que o Distrito Federal sofreu o impacto de centenas de milhares de vítimas da política econômica dos sucessivos governos

autoritários. Aqui é que se coloca o problema da representatividade política da população do Distrito Federal. Enquanto a população não indicar, através de eleições, seus representantes políticos, fica difícil, se não impossível, para Brasília, erguer a sua voz de protesto contra políticas federais que produzem efeitos perversos sobre a nossa realidade.

CORREIO — O sr. considera, então, que a representação política é fundamental para a administração do Distrito Federal?

José Aparecido — Meu filho, política é termômetro e bússola. Ela mede a pressão social e indica caminhos, roteiros, cenários para a solução dos problemas e dos conflitos. Sob este aspecto, eu entendo que Brasília sofreu um duplo processo de castração, depois de 64. Não apenas deixou de ser ouvida, como parte integrante da sociedade brasileira, como abandonou a dimensão simbólica para a qual foi planejada por seus fundadores.

CORREIO — O que o sr. quer dizer com a expressão "dimen-

são simbólica"?

José Aparecido — A cidade como centro irradiador de cultura, de comportamentos de experiências administrativas. Nós somos uma cidade permanentemente visitada pelo Brasil inteiro. Com a abertura política, passaram a receber caravanas de postulantes de direitos postergados, que procuram exercer pressão legítima sobre o Congresso e o Poder Executivo. Por outro lado, aqui se realizam os grandes encontros de comunidades de interesses, reunindo de uma só vez mais de três mil pessoas, como foi o caso do último Congresso da Contag. Isto torna Brasília não apenas "a capital da esperança", como queria Malraux, mas também a cidade da aflição, do desespero. Veja, então, que se estabeleceu, nas ruas, um verdadeiro efeito de demonstração, que estimula a população da cidade a ter consciência mais nítida do seu direito de reivindicar. Este é o lado, digamos, doméstico, da questão. Existe também a dimensão internacional da cidade. A experiência de reimplantação da

democracia no Brasil recoloca Brasília no mapa não apenas dos grandes interesses econômicos, mas também da grande simpatia e curiosidade internacionais. Além da população diplomática que a cidade abriga, estão chegando aqui dezenas de missões de países estrangeiros, inclusive chefes de Estados. Precisamos, portanto, repensar continuamente não apenas as condições de vida da população de Brasília, mas a vocação da cidade como proposta urbana, arquitetônica e cultural.

CORREIO — Governador, essa visão majestosa que o sr. tem da cidade não se harmoniza com os conflitos que o seu governo tem provocado. O sr. às vezes, dá a impressão de ser mais autoritário do que os governadores militares.

José Aparecido — Então é sinal de que eu tenho fracassado no meu esforço de comunicação com a população de Brasília. Seria melhor que você citasse esses conflitos para nós analisarmos os motivos e as razões da ação do governo.

CORREIO — Na questão dos loteamentos, por exemplo, houve-se muita reclamação de que o governo agiu precipitadamente, generalizando as infrações.

José Aparecido — Em primeiro lugar nunca houve nenhuma ação precipitada. Aliás, até agora não houve nenhum tipo de ação direta do governo sobre esses loteamentos. A população precisa saber, se é que já não sabe, que grande parte da área rural do Distrito Federal, que não é grande e que constitui reserva estratégica de espaço para o futuro, estava sendo esquartejada sem nenhum respeito à lei. Em alguns casos com invasão de terras públicas, em outros casos configurando verdadeiros atentados à ecologia, com poluição de nascentes de águas de que se abastece a população. Este quadro não poderia continuar e não vai continuar. Fizemos um levantamento e identificamos que já ascendem a 170 o número desses loteamentos. Convocamos os titulares desses negócios a apresentarem seus documentos e seus projetos de loteamentos, muitos disfarçados com o nome de "condomínios". Estamos há três meses à disposição dessas pessoas, embora tocando as providências administrativas e legais que o problema reclama. Posso lhe assegurar que nenhuma violência existe de nossa parte. A violência, no caso, partiu de quem agiu ilegalmente, lesando milhares de compradores envolvendo o povo em operações que poderão representar

prejuízos para muita gente.

CORREIO — Mas nem tudo era invasão...

José Aparecido — A palavra invasão atinge a muita gente. Os pobres invadem terrenos para construir seus barracos e são removidos como "invasores". Os ricos invadem áreas públicas, como no caso de muitos loteamentos e das áreas verdes no Plano Piloto, privatizam terrenos que pertencem à coletividade, mas não querem ser tratados de "invasores". A questão é muito mais ampla.

CORREIO — Em que sentido?

José Aparecido — E muito mais ampla no sentido de que se criou um sentimento de impunidade em relação à apropriação indebita ou abusiva do público pelo privado. O caso da ciclovia é típico. O governo está pedindo licença para reaver não a totalidade das áreas verdes cercadas por particulares. Eu diria que estamos pegando menos de 10 por cento das áreas verdes privatizadas para permitir que a população tenha acesso à margem do Lago. A imensa maioria dos moradores atingidos pelo projeto da ciclovia entendeu perfeitamente a posição do governo e posso garantir que não existe mais conflito. Em todos estes casos, contudo, estamos dialogando, cedendo onde é possível, mas colocando acima de tudo o bem público.

CORREIO — Mas é impossível não ouvir o ranger de dentes, governador.

José Aparecido — Brasília não pode deixar passar a imagem de que é a cidade do favoritismo, do pistolão, da mordomia. Que moral teria o governo que agisse intempestivamente contra invasões dos pobres, que agem por necessidade e não por ostentação de status residencial, e fignisse ignorar as invasões dos ricos? Que conceito teria você de um administrador que agisse desse modo?

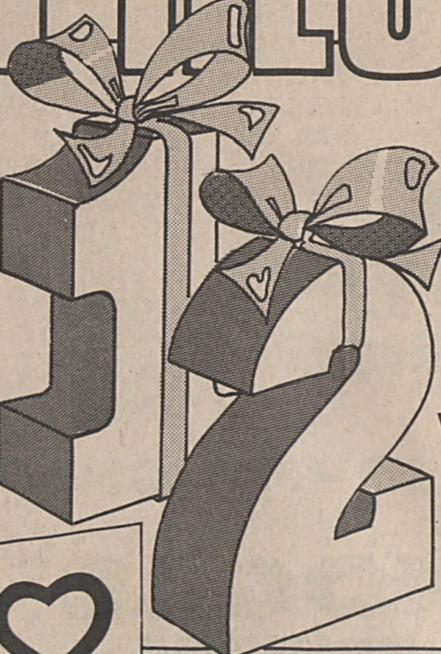
CORREIO — Um mau conceito, é claro...

José Aparecido — Então você tem que me dar razão. Muitas cidades brasileiras tornaram-se irrecuperáveis do ponto de vista da qualidade de vida que podem oferecer a seus habitantes. Brasília sofreu muitas deformações em seu plano original e foi invadida por uma massa de habitantes para a qual nunca foi planejada, nem estava preparada. Mas ainda temos condições, se agirmos rápido, de corrigir muitas distorções. Foi por esse motivo que pedi a

Continua na página 39

SURPRESA!!!

Durante o ano inteiro, a Eldorado oferece a você o melhor automóvel, os melhores preços e as melhores condições de financiamento. Neste Natal, a Eldorado tem também uma surpresa para você. Todo mundo que comprar Fiat O km vai ganhar dois presentes fantásticos!



Seus presentes esperam por você. Você merece!

SIA trecho 3 - nº 855
Fone: 233-8677
e Taguatinga

Eldorado
Nós gostamos do seu Fiat.

DEU A LOUCA NO NOEL: DESCONTOS DE ATÉ 40%

A partir de amanhã, a Sears vai estar com ofertas de enlouquecer qualquer Papai Noel!

Veja só:
Saladeira em aço inox Meridional.
De 140.000 por **99.000**

Este é só um de centenas de artigos que estarão com os preços mais loucos da cidade.

3 DIAS DE ENLOUQUECER!
Só 2ª, 3ª e 4ª feira!

Há sempre mais para sua vida na **Sears**

OLAVO RUFINO

Continuação da página 38

ajuda desses três eminentes brasileiros que são Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Marx. Fico comovido com o despreendimento deles. Oscar Niemeyer praticamente passou a morar em Brasília, sem nenhum tipo de remuneração. Muitas vezes exausto, pois não somos adolescentes, ainda encontra energia para repensar a cidade atual dentro do plano inicial. E preciso render homenagem, todas as homenagens, à fidelidade desses homens ao destino da cidade que eles planejaram e ao qual dedicam suas generosas presenças. Eu vivo permanentemente comovido com o exemplo deles.

CORREIO — E qual tem sido a preocupação deles?

José Aparecido — A mesma do governo e que parte da verificação de que a cidade planejada para 500 mil habitantes está próxima de atingir 2 milhões de habitantes e que precisa ser reequipada, reestruturada para esse desafio. Sobretudo para o desafio imediato das condições de vida nas cidades-satélites, que abrigam 75 por cento da população do Distrito Federal, com alto índice de desemprego, baixos salários para os empregados e ainda enfrentam dificuldades de transporte, de alimentação, de moradia, e de atendimento médico. Você quer um exemplo dramático dessa situação?

CORREIO — Diga governador?

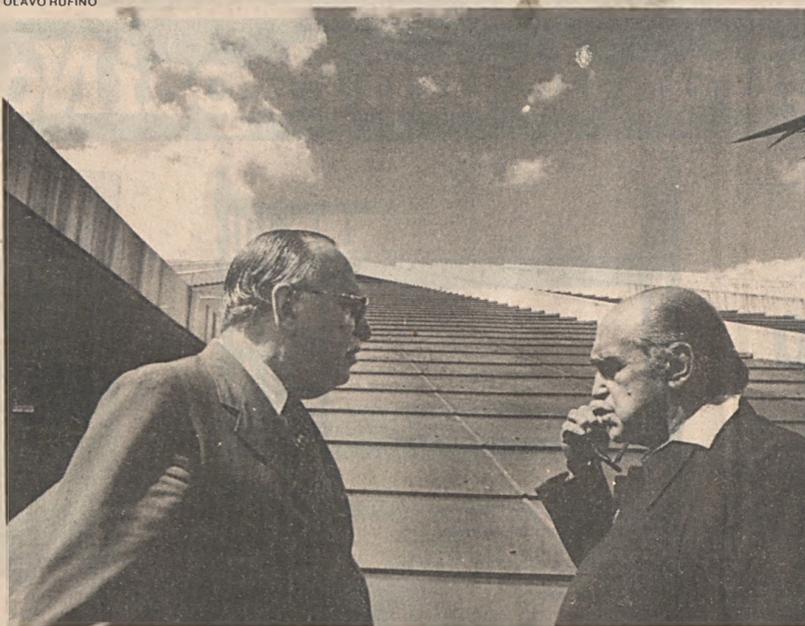
José Aparecido — Taguatinga e Ceilândia formam um conjunto populacional superior ao de cinco das oito capitais do Nordeste. Medite nossa realidade. Essas duas satélites, que na verdade formam uma só, são maiores, em população do que cinco capitais do Nordeste. No entanto, o Hospital Regional de Taguatinga e o Hospital Regional da Ceilândia, juntos, oferecem apenas 149 leitos para uma população superior a 500 mil habitantes. E assim mesmo com eficiência de instrumental cirúrgico, com 80% de suas ambulâncias caindo aos pedaços. A situação é essa também nas demais cidades-satélites.

CORREIO — Haverá recursos para o reequipamento não apenas da rede hospitalar, mas de toda a cidade, como o sr. diz?

José Aparecido — A fim de melhor coordenar as ações de meu governo, racionalizando a aplicação de recursos e direcionando-os para desafios fundamentais, preparamos o Programa de Ação a Curto Prazo, em aplicação no semestre que está findando neste claro mês de dezembro. Ao mesmo tempo, começamos a montar o planejamento das atividades governamentais para os próximos três anos. Nomeei um Conselho de Alto Nível, composto por todos os secretários do GDF, mais o presidente da Codeplan, para traçar as diretrizes do 1º Plano Trienal (1986-88) do Distrito Federal. Vinculada a esse Conselho, existe uma Subcomissão Técnica, constituída por um especialista de cada Secretaria e mais cinco técnicos da Codeplan, que se encarregará do trabalho prático de elaboração do Plano, tendo como referências básicas documentos e estudos dos governos anteriores, além de sugestões e reivindicações da população.

CORREIO — A população está sendo ouvida?

José Aparecido — Para captar e coordenar as propostas da população, com vistas ao Plano Trienal, criei uma Comissão Consultiva, com vinte representantes da sociedade organizada, entre os quais sindicalistas e profissionais liberais. O 1º Plano



O plano mais importante de Aparecido: a retomada do projeto original, contemporaneamente, com Niemeyer (E) e Lúcio Costa (D)

Trienal está quase pronto e deverá ser enviado ao Senado através da Presidência da República.

CORREIO — De onde virão recursos para tirar o atraso de investimentos?

José Aparecido — Assim como a deterioração das condições de vida de Brasília resultou de políticas econômicas perversas para as populações de baixa renda, adotadas ao longo dos últimos vinte anos, deve-se contar com os programas da Nova República, em que está empenhado o presidente José Sarney, para uma inversão dessa tendência. Não é por acaso que a prioridade absoluta do governo é a retomada do desenvolvimento e, dentro do desenvolvimento, a questão social. Veja o caso da Reforma Agrária. Na medida em que ela for efetivada, e é preciso que o seja com a maior velocidade, ela criará condições para a fixação do homem do campo e nas cidades pequenas e de porte médio — o que livrará Brasília da pressão de migrações tangidas pela miséria. Os programas de alimentação para as famílias pobres, previstas no orçamento federal para o próximo ano, produzirão efeitos na mesma direção. E uma vergonha nacional que só agora, em 1985, o governo venha a se preocupar em combater a miséria absoluta em que vive metade da população brasileira. Os jornais de Brasília publicaram, na semana passada, reportagem sobre as dificuldades em que sobrevive a mãe, abandonada pelo ma-

rido, e os irmãos daquele infeliz chacareiro trucidado pela sãna assassina de policiais militares que, com audácia que só a impunidade estimula, terminaram também assassinando o repórter Mário Eugênio. Vocês devem ter lido declarações dessa mulher que só estava sobrevivendo por causa da cesta de alimentos fornecida, semanalmente, pela Legião Brasileira de Assistência.

CORREIO — Mas esses programas não resolverão o nosso problema.

José Aparecido — O que eu quero dizer é que temos que operar nossas próprias energias e lutar para que os grandes decisões nacionais, sobretudo de política econômica e social, operem o milagre de melhorar rapidamente as condições de vida de todos os brasileiros. Temos que operar em círculos concêntricos: o nacional, o regional e o local. As políticas de flagradas pela Nova República estimulam sólidas esperanças. No que diz respeito à região geoeconômica, o entorno de Brasília, como disse, ainda ontem, ao senador Henrique Santilo, estou desenvolvendo vários programas com o governador Iris Rezende, os dois juntos fazendo pressão sobre o Governo Federal, para acelerar o desenvolvimento rural, criar indústrias de transformação, dinamizar os projetos de micro, pequenas e médias empresas. As respostas têm sido positivas.

CORREIO — E no plano local?

José Aparecido — Desde logo senti a necessidade de criação da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, que era uma antiga esperança da população de Brasília para criar novas perspectivas da economia do Distrito Federal. O desaquecimento da economia brasileira no período 1982-84 refletiu-se imediatamente na indústria de construção civil do Distrito Federal, que encontrei estrangulada. Só no primeiro semestre deste ano cerca de 5 mil empregados foram dispensados. Como resultado das providências adotadas pelo meu governo (aceleração de licitações de órgãos públicos para construção de edifícios e obras de engenharia, aplicação do IPTU progressivo sobre terrenos não edificados, gestão junto à Caixa Econômica e UnB para liberação de terrenos) abrimos perspectivas

para a criação de 15 mil empregos diretos, com reflexos na criação de 42 mil empregos indiretos e reanimação do comércio de materiais de construção, alimentação e vestuário. Com respeito à indústria de transformação, a minha preocupação básica é incrementar a indústria de alimentação, com a instalação de agroindústrias e fábricas de alimentos. Este programa está passando pelo apoio às atividades agrícolas, através dos Núcleos Rurais, até a implantação, no DF, de duas usinas de beneficiamento de soja, cujo início de operação está previsto para o primeiro semestre de 1987 e capacidade inicial de esmagamento de grãos calculada em 600 toneladas/dia. Também é importante, pela demanda existente no Distrito Federal, o incremento da indústria de vestuário. Haverá uma Central de Compras para baixar o custo dos insumos básicos das empresas (micro-empresas) que participarem do parque fabril de vestimentas. Outro ramo importante a ser incentivado é o da Indústria Eletrônica e de Informática. O incentivo justificável pelo nível de consumo dos produtos desse ramo, em vista dos inúmeros micros, médios e grandes computadores instalados em Brasília. Uma fábrica de acessórios e suprimentos é inadiável. O BRB já dispõe de linha de crédito superior a 1 bilhão de cruzeiros para financiar a instalação de microempresas e essa linha de crédito será substancialmente aumentada nos próximos anos. Aliás, o

BRB, que está dando saltos fantásticos de crescimento tanto em depósitos como em aplicações, reencontrou-se com sua verdadeira finalidade de banco de fomento e de banco social.

CORREIO — E o que mais?

José Aparecido — Estamos criando um Banco de Projetos não apenas para o Distrito Federal como para os municípios vizinhos. Espero modernizar, com essa providência, o diálogo com o empresariado. Nesse sentido, algumas providências preliminares já estão sendo tomadas como, por exemplo, o mapeamento e dimensionamento de ocorrências minerais na região. Mas existem outras formas de ativar a economia local e é o que venho fazendo.

CORREIO — Por exemplo?

José Aparecido — O Fundefe (Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal) prevê empréstimos subvencionados, através do BRB, para dinamização das atividades produtivas da região. Estava prevista para este ano a aplicação, nestes empréstimos, de 12 bilhões de cruzeiros. Tomei a decisão política de ampliar essa linha de crédito, pelos seus efeitos econômicos e sociais. Numa primeira etapa estamos aplicando mais 18,5 bilhões de cruzeiros. A taxa de juros nominal para esses empréstimos é de 36% ao ano, quando o índice inflacionário é de 220%. Isto resulta numa subvenção de 184 por cento. A enunciação das providências já adotadas ou em vias de serem adotadas para a reativação da economia do Distrito Federal e

da região seria cansativa neste caso. Elas serão divulgadas por outras formas.

CORREIO — Governador, depois da sua cassação o sr. projetou-se politicamente como um grande promotor cultural. Foi do Ministério da Cultura, aliás, depois de ter exercido a Secretaria da Cultura em Minas, que o sr. foi plicado para o governo do Distrito Federal. No entanto, não são os programas culturais que caracterizam o seu governo. Como o sr. explica isso.

José Aparecido — Duas coisas me levaram a atuar politicamente no campo da Cultura. Em primeiro lugar, como mineiro, entristecia-me o abandono e a destruição do grande acervo cultural do meu Estado e, por extensão, do Brasil. Um País sem memória histórica, sem patrimônio artístico e cultural é um País bárbaro. O que não é o caso do Brasil, mas poderia vir a ser se não gerássemos essa consciência, hoje nacional, de que devemos cuidar culturalmente de nossa tradição cultural. O segundo fato, profundamente, constrangedor, que me empurrou para a dimensão cultural, foi a boçalidade de com que o regime anterior passou a tratar nossos artistas e nossos escritores. A censura brutalizante foi apenas uma face da repulsa do regime autoritário às manifestações artísticas. O que houve mesmo foi marginalização política dos artistas, não raro submetidos à violência, à prisão, ao cerco econômico e moral. Os artistas eram os empestiados do País. Esse estado de coisas feria diretamente a sensibilidade brasileira, sobretudo aos que, como eu, sempre procurei conviver no meio de artistas, de escritores, jornalistas, onde tenho meus melhores amigos. O meu trabalho na Secretaria de Cultura de Minas tinha o sentido político de um compromisso e foi com esta missão que tomei posse no Ministério da Cultura.

CORREIO — Mas ao tomar posse no governo do Distrito Federal, parece que o sr. esfriou esse entusiasmo?

José Aparecido — De modo nenhum. Antes de cometer essa injustiça, você precisa levar em conta que só na metade do ano, com todos os recursos comprometidos, foi possível criar a Secretaria de Cultura, que ainda depende, como outras Secreta-

rias, da aprovação do Congresso Nacional. No entanto, tenho dado completa assistência à Assessoria de Cultura, hoje completamente revitalizada pela Prof. Vera Pinheiro, embora operando ainda com as limitações orçamentárias estabelecidas pelo governo anterior. Como não podia ficar de braços cruzados, procurei e obtive o apoio do empresariado nacional para a realização de diversas obras. Por exemplo: o Panteão da Liberdade e da Democracia, em homenagem à memória de Tancredo Neves, já está sendo construído pela Fundação Bradesco na Praça dos Três Poderes e será inaugurado no próximo dia 21 de abril, pela decidida ajuda do presidente Amador Aguiar. Oscar Niemeyer doou o projeto e acompanha de graça a realização da obra; a EBE (Empresa Brasileira de Engenharia S/A) doou os projetos de engenharia, com a Datum — Consultoria e Projetos Ltda. Do mesmo modo, as obras de restauração e conclusão da Catedral Metropolitana, o monumento mais representativo da cidade, estão sendo financiadas por recursos obtidos por um grupo de empresários tendo à frente o dr. Lindeberg Aziz Cury, presidente da nossa Associação Comercial. No dia 10 de outubro firmei convênio com a Fiat Automóveis S/A para financiamento das obras de construção do "Gran Circo-Lar", no Plano Piloto. Brasília carece de um espaço cultural polivalente e popular, com cobertura de lona, palco e picadeiros, escritórios, depósito, camarins, oficina de trabalho, cabine de som e luz, com capacidade para abrigar 2 mil pessoas sentadas e mais 2 mil de pé. Para Lúcio Costa, o "Gran Circo-Lar" vem ao encontro da urgente necessidade de alguma ocupação na área hoje baldia do Setor Cultural Sul e, segundo ele, "tanto mais bem-vindo porquanto próximo da plataforma Rodoviária que, em boa hora, se tornou o ponto de encontro da periferia urbana com o centro metropolitano. Mas quero reivindicar para o meu governo uma outra iniciativa pioneira: a de ter criado um grupo de estudo para definir políticas governamentais de estímulo à chamada cultura alternativa. Além disso, diversos projetos culturais estão em andamento nas cidades-satélites, entre eles o Projeto Platéia Ativa, que promove a integração entre escolas da rede oficial e as atividades de cultura produzidas nessas cidades. Tem também o Projeto Carro-Céu Arco-Iris, de palco móvel, para apresentação variada de espetáculos artísticos-culturais. E estamos nos preparando para as comemorações, no próximo ano, dos 150 anos de nascimento do Maestro Carlos Gomes e do construtor desta cidade, Juscelino Kubitschek, no décimo aniversário de seu falecimento?"

“Reivindico para meu governo uma medida pioneira: o de utilização da chamada cultura alternativa, para buscar saídas para a miséria”



Aparecido destaca utilização da cultura alternativa

GOIÁS

Quem
te viu.

Quem
te vê.

1000
dias de mutirão.

Reconstruindo Goiás com a força do povo.

A Recuperação e a construção de centenas de Pontes em todo o Estado, permitiram um grande avanço do nosso sistema de transporte, encurtando as distâncias e unindo mais as pessoas. Juntos vamos fazer muito mais.



Governo
Iris Rezende